

FISCALIZAÇÃO / NOTÍCIA

Em evento, especialistas debatem desafios de lei que prevê educação antirracista nas escolas

Realizado em Porto Alegre, seminário promovido pela Atricon reuniu nomes de referência nacional no estudo de relações étnico-raciais

26/10/2023 - 18h25min

COMPARTILHE: [f](#) [t](#) [✉️](#)



ISABELLA SANDER
[Enviar E-mail](#)



Ex-ministra, Nilma Lino Gomes foi uma das palestrantes no encontro
Thiago Ferraz / Atricon/Divulgação

Vigente há 20 anos, a lei que obriga as escolas a oferecerem educação antirracista ainda sofre resistências e desafios em sua implementação. Nesta quinta-feira (26), autoridades e nomes de referência no estudo de relações étnico-raciais se reuniram em Porto Alegre para debater entraves e possibilidades de avanço na fiscalização dessa norma.

O seminário nacional “20 anos do Art. 26-A da LDBEN – fiscalização e desafios da educação antirracista” ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O evento foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o apoio do Departamento de

Educação e Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Entre as participações especiais, estava Nilma Lino Gomes, ex-ministra, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Educação e doutora em Ciências Sociais e pós-doutora em Sociologia. A especialista citou as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar, como ações antirracistas com “inflexão educacional, política e epistemológica importante”.

— Elas (*essas leis*) instituíram a educação antirracista para todas as escolas públicas e privadas, e alcançaram uma dimensão que era uma luta constante do movimento negro brasileiro. Mas essa política educacional precisa ser realizada integralmente, e é sobre isso que falamos aqui — explicou Nilma, pontuando a importância de se desenvolver uma educação pública democrática antirracista na construção de uma democracia.

A docente ressaltou a resistência no campo educacional na implementação de ações, práticas e políticas antirracistas, e alertou: “ser antirracista é agir no combate ao racismo onde quer que se manifeste, não apenas na escola, não apenas na educação”.

O Rio Grande do Sul é considerado destaque na atuação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que fiscaliza o cumprimento das leis de educação antirracista dentro das contas anuais dos municípios. O trabalho existe há 10 anos, desde que os auditores constataram o descumprimento da norma.

— Procuramos mobilizar e sensibilizar o acompanhamento dessa política pública. A partir do próximo ciclo do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, que avalia a atuação dos órgãos de controle, serão analisadas as ações de fiscalização em torno dessa temática — anunciou o presidente da Atricon, conselheiro Cezar Miola, durante o seminário.

Entre os participantes do evento, estava Zara Figueiredo, que comanda a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos,

Diversidade e Inclusão no Ministério da Educação; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e referência no estudo de relações étnico-raciais; e Allan Pevirguladez, professor da rede municipal do Rio de Janeiro que usa a música para levar o letramento racial a seus alunos.